

**Relatório de Avaliação do Controle Interno 0005/2020**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
INTERESSADO:	BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
C/ CÓPIA:	GUILHERME ANTÔNIO MALUF Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO:	Relatório Gerencial do Subsistema de Patrimônio

Controle Interno. Avaliação dos controles internos do Sistema de Patrimônio do Poder Executivo Estadual. Diagnóstico acerca da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles nas unidades setoriais de Patrimônio.

Cuiabá - MT  
Março/2020

---

## SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CONTROLES INTERNOS**
- 3. METODOLOGIA**
- 4. ANÁLISE GERENCIAL**
- 5. ANÁLISE POR PONTO DE CONTROLE**
  - 5.1. Ponto De Controle – Gestão de Bens de Consumo**
  - 5.2. Ponto de Controle: Gestão de Bens Imóveis**
  - 5.3. Ponto De Controle – Gestão de Bens Móveis**
  - 5.4. Órgão Central – SEAPS**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## 1 INTRODUÇÃO

2. O presente relatório apresenta o diagnóstico dos controles internos do Subsistema de Patrimônio dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, a partir de informações dos Relatórios de Avaliação de Controle Internos realizados ao longo do ano de 2019, conforme diretrizes constantes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos e aquelas estabelecidas na Ordem de Serviço nº 195/2019, expedida pelo Secretário Controlador Geral.

3. O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com a missão da Controladoria Geral do Estado que é o de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos, da conduta dos servidores e fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.

4. O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos, buscando identificar as fragilidades existentes e em que nível esta afeta a aderência às normas e aos procedimentos, indicando-se as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos. Busca-se, também, colher elementos para mapear riscos e selecionar atividades para o acompanhamento simultâneo e realização de ações preventivas de orientações e capacitações.

5. O resultado dessa avaliação foi dividido nos seguintes capítulos: Apresentação da Metodologia; Avaliação dos Controles Internos; Análise Gerencial; Considerações Finais.

## 2 CONTROLES INTERNOS

6. Os avanços apresentados pelas organizações públicas nas últimas décadas, em especial, aqueles relacionados à evolução de uma abordagem burocrática, para uma abordagem gerencial, voltada a entrega de resultados e melhoria de desempenho na prestação de serviços, provocaram profundas mudanças no desenvolvimento das atividades de controle.

7. Neste cenário, os trabalhos de auditoria evoluíram de aspectos meramente formais e contábeis para uma visão mais gerencial, de controles alinhados aos objetivos organizacionais, relacionados aos riscos que podem comprometer o alcance desses objetivos.

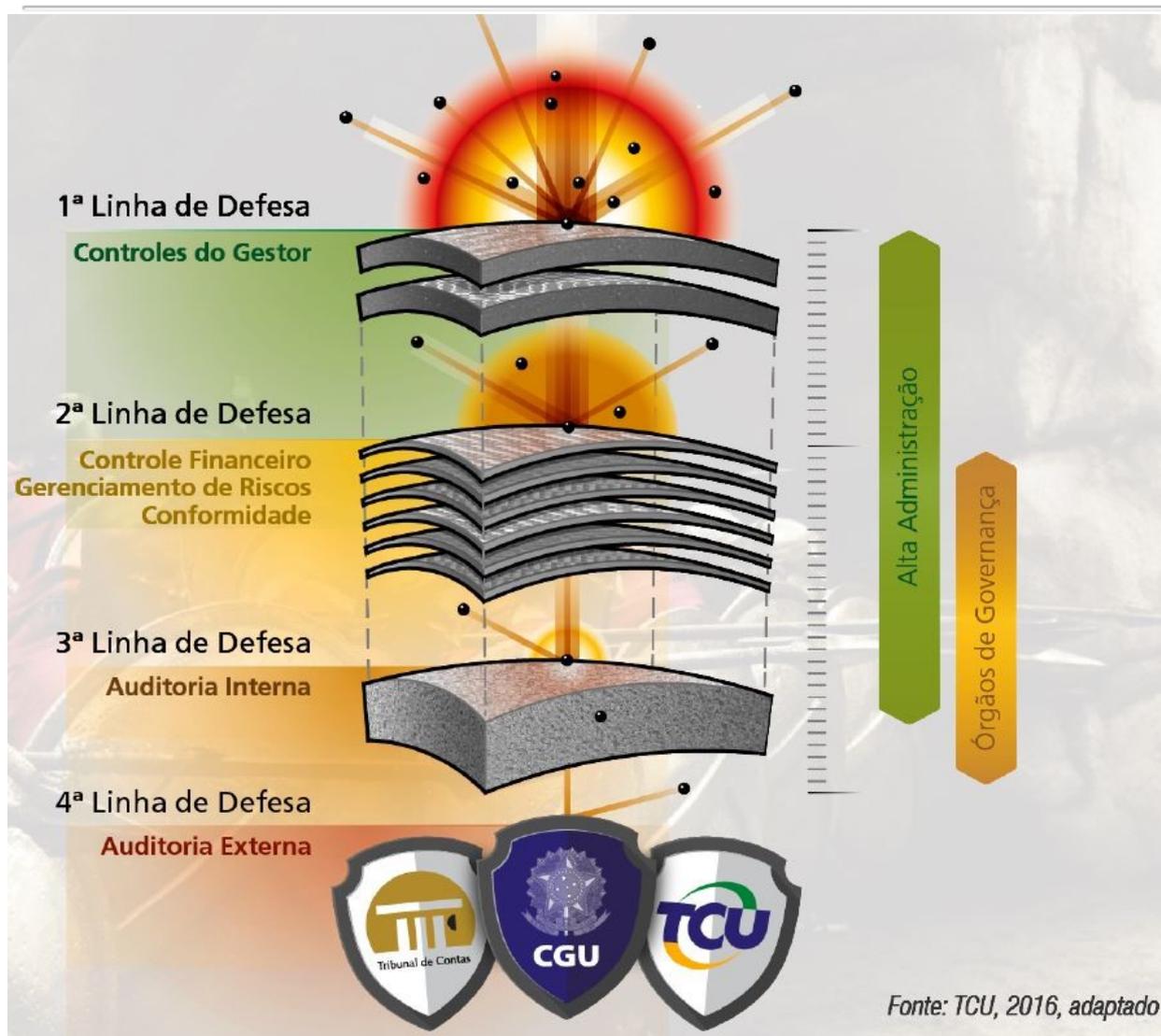
8. Essa concepção ampliou a abrangência do controle, e redefiniu papéis e funções dentro do sistema de controle interno das organizações. Ocasionalmente a evolução das atribuições do auditor interno, cuja abordagem atual está centrada na avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de aperfeiçoar o processo de gestão.

9. Nesse cenário de transição, há redefinição dos papéis e funções do controle interno dentro das organizações, direcionando-se a avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de aperfeiçoar o processo de gestão.

10. De acordo com o COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission as atividades de controle são representadas:

(...) pelas políticas e pelos procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas da organização aos riscos sejam executadas. As atividades de controle ocorrem por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas compreendem uma série de atividades diferentes, como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança do patrimônio e segregação de funções.

11. O modelo de Três Linhas de Defesa é uma forma de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais. Há ainda uma quarta linha de defesa, representada pela Auditoria Externa, conforme figura abaixo:



12. O controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. Os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, sendo responsáveis por programar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

13. A segunda linha de defesa é representada pelas diversas funções estabelecidas pela gerência de gerenciamento de riscos e conformidade com a finalidade de ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha de defesa.

14. A auditoria interna é a terceira linha de defesa cujo objetivo é prover à alta administração e ao órgão de governança, avaliações sobre a eficácia da governança, do

gerenciamento dos riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos; e

15. A fim de se promover a eficiência e a eficácia, deve haver a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa. Além disso, o modelo é implementado melhor com o apoio ativo e a orientação do órgão de governança e da alta administração da organização, estes têm a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos.

### **3 METODOLOGIA**

16. A metodologia para desenvolvimento da avaliação dos controles internos observa o disposto na Resolução Normativa nº 12/2017 - TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que dispõe sobre procedimentos para a avaliação dos controles internos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como, as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, e se divide em quatro fases: planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento.

17. Na Fase de Planejamento, além do levantamento de informações, definição de equipes e elaboração de cronograma, buscou-se, fundamentalmente, realizar o mapeamento de riscos dos processos e atividades.

18. Na Fase da Execução da Avaliação dos Controles Internos, utilizou-se o método de análise Problema > Causa > Recomendação. Por este método, busca-se, inicialmente, realizar análise dos problemas relacionados a cada Ponto de Controle (processos, subprocessos, atividades), através de testes de aderência a normas e procedimentos. Em seguida, procura-se identificar as fontes das causas dos problemas, a partir da avaliação da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles Internos. Por fim, são apresentadas as recomendações com a propositura, de maneira factível, de possíveis soluções, no intuito de combater e mitigar a causa do problema.

19. O detalhamento da metodologia das fases planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento são apresentados em detalhes no Plano Anual de Avaliação

---

dos Controles Internos, que pode ser acessado no site: [www.controladoria.mt.gov.br](http://www.controladoria.mt.gov.br).

#### **4 ANÁLISE GERENCIAL**

20. Neste capítulo, será apresentado o resultado da avaliação dos controles internos do Subsistema de Patrimônio, realizada em 07 (sete) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual no ano de 2019. O objetivo é a apresentação de um diagnóstico do Subsistema, demonstrando-se os Pontos de Controle com maior número de achados de problemas constatados; os achados mais recorrentes por Ponto de Controle; as principais causas identificadas e as principais recomendações realizadas para eliminar ou mitigar as causas dos problemas.

21. As avaliações de controle realizadas no exercício de 2019, nos órgãos e entidades da Administração Estadual, consideraram o método problema > causa > recomendação. O método permitiu identificar os problemas constantes no Subsistema de Patrimônio e as causas relacionadas à Estrutura, ao Funcionamento e à Segurança dos controles internos de cada unidade avaliada, compreendendo os seguintes parâmetros determinados pelo COSO: Estrutura Organizacional, Pessoas, Sistemas Informatizados, Infraestrutura Física e Tecnológica e Externalidades.

22. Os trabalhos de avaliação dos controles internos do Subsistema de Patrimônio foram realizados em 07 (sete) órgãos/entidades: Casa Civil, METAMAT, SECEL, UNEMAT, SEDUC, SES e SINFRA.

23. Foram contemplados 03 (três) Pontos de Controle no Subsistema avaliado: Bens de Consumo; Bens Móveis; e Bens Imóveis.

24. Os achados de problemas e causas detectados na avaliação dos órgãos e entidades, depois de quantificados, foram discriminados por Ponto de Controle, permitindo a mensuração daqueles que tiveram maior incidência no universo das 07 (sete) unidades avaliadas.

25. Abaixo, estão descritas terminologias utilizadas no presente tópico:

- Subsistemas: são as atividades macro de um órgão ou entidade, e podem ser

enumerados como: contabilidade, contratações, financeiro, gestão de pessoas, orçamento, patrimônio e transferências;

- Pontos de Controle: são processos ou rotinas consideradas essenciais e de maior importância para o bom funcionamento de um subsistema (a título de exemplo, os pontos de controle do subsistema de Patrimônio) são: Bens de Consumo; Bens Móveis; e Bens Imóveis.
- Questões de auditoria: são questões gerais a serem respondidas no âmbito de um determinado ponto de controle. A resposta para as questões gerais sejam questionamentos para identificação de problemas, sejam questionamentos para identificação de causas, são construídas a partir de achados de problemas ou achados de causas, devidamente analisados e evidenciados;
- Respostas negativas às questões de auditoria: as respostas negativas às questões de auditoria indicam inadequações ou irregularidades nos pontos de controle.
- Achados de auditoria: significam especificamente o que foi identificado, evidenciado e analisado como um problema ou como uma causa de um problema, com o objetivo de se responder a uma questão de auditoria, no âmbito de uma questão de auditoria.

26. Referidas terminologias visam à estruturação lógica do relatório, permitindo a análise de quais achados de auditoria são mais recorrentes dentro de determinadas questões de auditoria, indicando a necessidade de melhoria específica em relação aos controles internos inerentes ao achado identificado. Do mesmo modo, as questões de auditoria dentro das quais se observa o maior número de ocorrências de achados, igualmente, demandará melhorias em relação aos controles internos intermediários a elas inerentes.

27. Por sua vez, o maior quantitativo de ocorrências de achados com problemas de aderência às normas que estejam relacionados a um mesmo ponto de controle, ensejará maior cuidado no cumprimento das normas inerentes ao respectivo ponto de controle.

28. Em todos os casos, a gestão superior dos órgãos e entidades deve adotar para a implementação de controles internos confiáveis, além das melhores práticas de gestão, essencialmente, o cumprimento das normas e um bom nível de estruturação e de comunicação com os demais órgãos e entidades auxiliares e de assessoria.

## **Pontos de Controle com Maior Volume de Ocorrência de Achados**

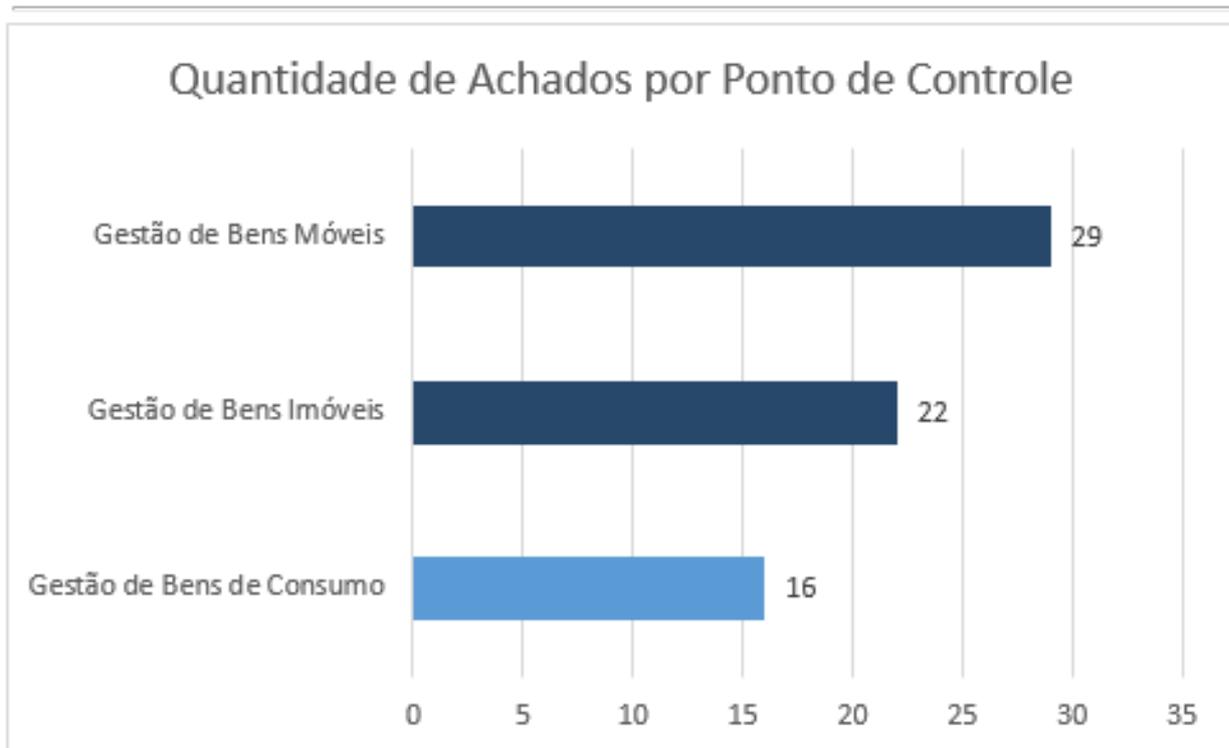
29. Destaca-se que as avaliações de controles internos realizadas no ano de 2018, contemplaram 07 (sete) órgãos/entidades, abrangendo 3 (três) Pontos de Controle do Subsistema de Patrimônio. Ressalta-se que os Pontos de Controle avaliados variaram de acordo com a unidade avaliada.

30. Nos 07 (sete) órgãos/entidades avaliados, foram identificados no Subsistema de Patrimônio 67 (sessenta e sete) achados de problemas, distribuídos em 3 (três) Pontos de Controle.

31. Abaixo, estão relacionados os Pontos de Controle avaliados e a quantidade de achados nos órgãos e entidades que tiveram esse Ponto avaliado:

<b>Pontos de Controle X Quantidade de órgãos/entidades avaliados</b>	
Bens Móveis	29
Bens Imóveis	22
Bens de Consumo	16

32. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos 67 achados de problemas identificados por Ponto de Controle.



33. Os Pontos de Controle com volume maior de achados identificados foram Bens Móveis com 29 achados; Bens Imóveis com 22 achados; e Bens de Consumo com 16 achados. Apenas no ponto de controle Bens Móveis perfaz 43,28% do total de achados identificados dos Pontos de Controle.

#### **Achados com maior volume de ocorrências**

34. A seguir, foi realizado o levantamento das questões de auditoria com maior volume de ocorrência. De um universo de 24 (vinte e quatro) questões de auditoria, foram identificados 67. (Sessenta e sete) achados de problemas distribuídos em 22 (vinte e duas) questões. Ressalta-se que não foram identificados achados em 2 (duas) questões de auditoria.

35. A tabela a seguir indica a quantidade de achados para as 3 (três) questões de auditoria com maior número de achados de problemas:

Achados de auditoria	Ponto de Controle	Quantidade
Depreciação não realizada.	Bens Imóveis	05
Registros não realizados dos bens imóveis no sistema SIGPAT.		05
Intempestividade nos registros e baixas dos bens de consumo.	Bens de Consumo	03
Ausência de apropriação e registro da depreciação no SIGPAT.	Bens Móveis	05
Termos de Responsabilidades desatualizados		05

36. As 3 (três) questões de auditoria acima apresentaram juntas o volume de 23 (vinte e três) achados, portanto, 34,3% do total de 67 (sessenta e sete) achados identificados em todas as questões de auditoria.

37. A quantidade de achados de problema por órgão/entidade avaliado encontra-se disposta na tabela a seguir:

Órgãos	Bens Móveis	Bens Imóveis	Bens Consumo	Total
METAMAT	4	1	2	7
CASA CIVIL	3	3	3	9
SECEL	5	2	2	9
SES	4	3	2	9
SINFRA	4	4	3	11
UNEMAT	3	4	1	8
SEDUC	6	4	3	13

### Questões de Causas com Maior Volume de Ocorrências

38. De fundamental importância é a identificação das causas que deram ensejo à existência de problemas, a fim de que se possam tecer recomendações adequadas à eliminação das causas (eliminando-se as causas, por via de consequência, eliminam-se os problemas).

---

39. Para identificação das causas que deram ensejo aos problemas de controle verificados, colhem-se evidências e efetuam-se análises.

40. Inicialmente, busca-se responder às questões de causa, que, no subsistema de gestão de pessoas e previdência são as listadas abaixo:

QUESTÕES DE CAUSA	ACHADOS DE CAUSAS	QUANTIDADE DE ACHADOS	TOTAL
1. SISTEMAS INFORMATIZADOS Atendem as necessidades e encontram-se adequados?	Integração entre os sistemas deficitária/ineficiente.	-	10
	Ausência de integração entre os sistemas.	10	
	Vulnerabilidade (segurança) dos sistemas informatizados/banco de dados.	-	
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Atende as necessidades e encontra-se adequada?	Ausência de clareza quanto às funções e responsabilidades.	-	8
	Centralização excessiva de responsabilidades.	2	
	Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.	6	
3. ESTRUTURA FÍSICA – os recursos tecnológicos, equipamentos e mobiliário são adequados para o bom funcionamento do setor?	Localização inadequada.	1	2
	Instalações e/ou leiaute inadequados.	1	
	Inexistência de controles de acesso físico.	-	
	Ausência ou insuficiência de investimentos em infraestrutura física.	-	
4. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA – Atende as necessidades e encontra-se adequada?	Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação.	11	11
5. PESSOAS O quadro de pessoal atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado? A quantidade de pessoal atende às necessidades do setor? Houve, no ano corrente, capacitação dos servidores do setor em treinamentos relacionados aos seus trabalhos?	Capacitação formal insuficiente/deficitária.	12	16
	Rotatividade excessiva (turn over) de servidores no setor.	3	
	Servidores com perfil (formação acadêmica) inadequados.	-	
	Servidores desempenhando funções incompatíveis com as atribuições do cargo.	1	
	Servidores em número insuficiente.	-	
	Servidores não efetivos (comissionados, contratados, estagiários) em quantidade desproporcional ao de efetivos.	-	
6. PROCESSOS Gestão de processos atende às necessidades e encontra-se adequada?	Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	8	27
	Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes.	10	
	Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	9	

41. Respostas negativas às questões formuladas indicam o que se denomina de achados de causa.

42. Dentre os achados de causa que desencadearam respostas negativas às questões de causas formuladas, foram identificados 12 (doze) tipos de achados distintos, os quais se repetiram em órgãos/entidades, totalizando-se 74 (setenta e quatro) ocorrências.

43. A tabela abaixo traz os 3 (três) achados de causas com maior volume de ocorrências no Subsistema de Patrimônio:

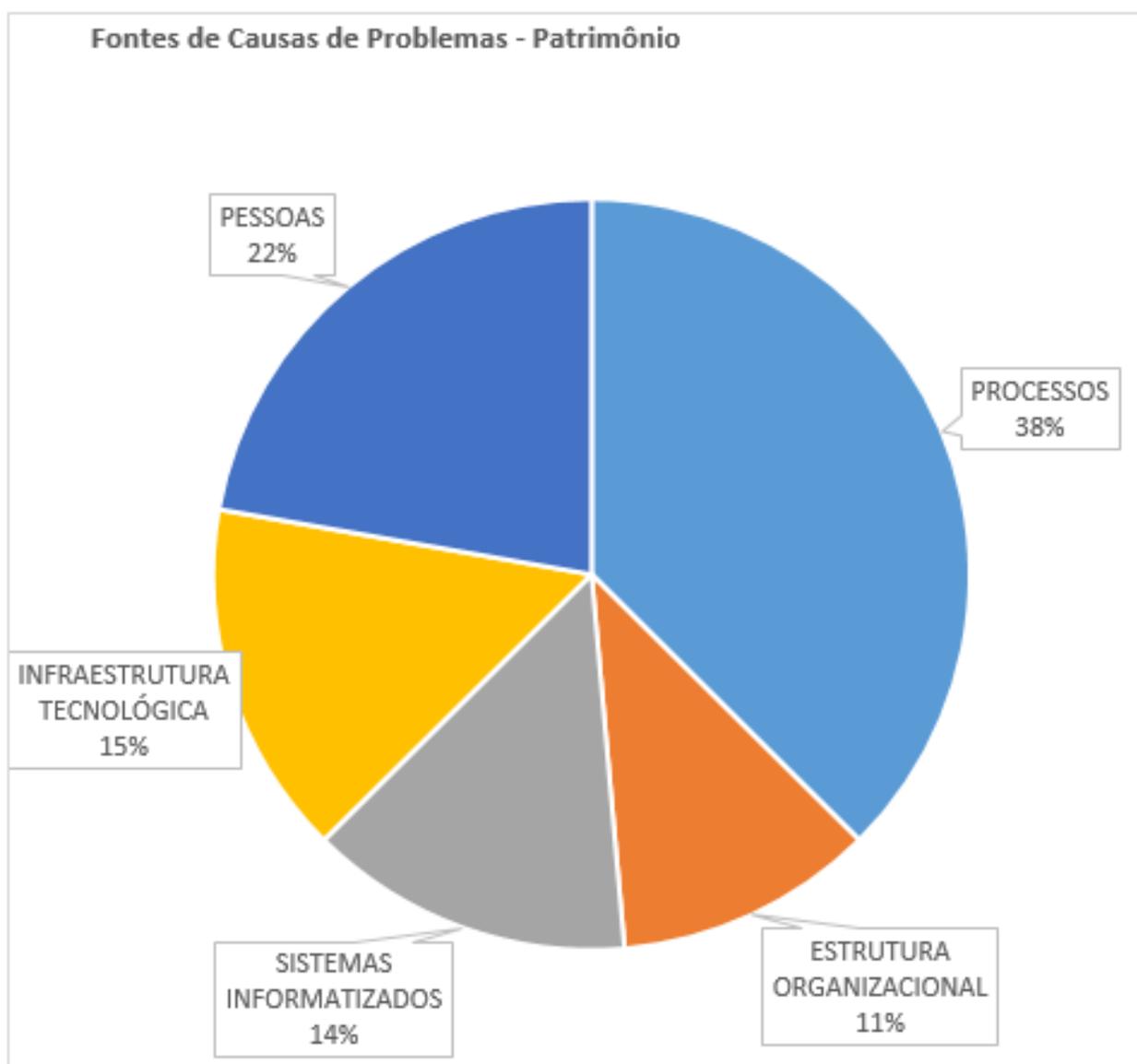
<b>VOLUME DE OCORRENCIAS DAS CAUSAS IDENTIFICADAS POR ACHADO</b>	
<b>Achados</b>	<b>Quantidade</b>
Capacitação formal insuficiente/deficitária.	12
Integração entre os sistemas deficitária/ineficiente.	11
Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação.	10

44. As 3 causas acima perfizeram o montante de 33 (trinta e três) ocorrências, o que representa 44,59% do total de achados de causas identificados.

45. Relacionando-se a ocorrência dos achados por tipo de questão de causa, a fim de se identificar quais questões apresentaram maior volume de achados de causa por Fontes, obtém-se o seguinte quadro:

<b>VOLUME DE OCORRENCIAS DAS CAUSAS IDENTIFICADAS POR ACHADO</b>	
<b>Achados</b>	<b>Quantidade</b>
Capacitação formal insuficiente/deficitária.	12
Integração entre os sistemas deficitária/ineficiente.	11
Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação.	10

46. Agrupando-se as causas identificadas por Fontes, verificou-se que houve a predominância da Fonte - Processos com 36,48%. As demais Fontes de causas corresponderam aos seguintes percentuais de ocorrência: Pessoas 21,62%, Sistemas Informatizados 13,51%, Estrutura Organizacional 10,81% e Infraestrutura Tecnológica 14,86%.



47. A fim de solucionar as causas dos problemas identificados foram emitidas aos órgãos e entidades avaliados 80 (oitenta) recomendações nos Relatórios de Avaliação

de Controle Interno de 2019.

48. A partir dos subtópicos iniciais, que trataram dos pontos de controle e das questões de auditoria e questões de causas com maior volume de achados, seguem-se, nos subtópicos a seguir, os comentários acerca das análises desenvolvidas no âmbito de cada Ponto de Controle do Subsistema de Patrimônio.

## 5 ANÁLISE POR PONTO DE CONTROLE

### 5.1 PONTO DE CONTROLE GESTÃO DE BENS DE CONSUMO

49. No Ponto de Controle Gestão de Bens de Consumo, foram detectadas 07 (sete) ocorrências de achados diferentes, verificadas em 07 (sete) órgãos/entidades.

QUANTIDADE DE ACHADOS POR PONTO DE CONTROLE		
Ponto de controle	Achados	Quantidade
Gestão de Bens de Consumo	Armazenamento inadequado dos bens de consumo	01
	Comissão não constituída para realizar o inventário físico e financeiro dos bens de consumo	04
	Execução de controles paralelos que não comunicam com o SIGPAT.	01
	Intempestividade nos registros e baixas dos bens de consumo.	03
	Registros não realizados dos bens de consumo no sistema SIGPAT.	01
	Registros não atualizados dos bens de consumo no sistema SIGPAT.	02
	Servidores/comissões não nomeados para recebimento e destinação dos bens de consumo.	04

50. As questões referentes a Comissão não constituída para realizar o inventário físico-financeiro dos bens de consumo, bem como Servidores/comissões não nomeados para recebimento e destinação dos bens de consumo foram as de mais incidência nas unidades avaliadas, representando 50% dos achados.

Ponto de Controle	Quantidade	Órgão
Gestão de Bens de Consumo	02	METAMAT
	03	CASA CIVIL
	02	SECEL
	01	UNEMAT
	03	SEDUC
	02	SES
	03	SINFRA

51. O órgão avaliado que apresentou maior percentual de achados em Gestão de Bens de Consumo foram a CASA CIVIL, SINFRA e SEDUC, com 3 (três) achados no Ponto de Controle cada um.

52. Os achados de problemas referidos anteriormente foram relacionados a 10 (dez) achados de causas distintos com 23 (vinte e três) ocorrências.

53. Agrupando-se os achados por Fontes de Causas, verificou-se os seguintes percentuais dispostos na tabela a seguir:

ACHADOS POR FONTE DE CAUSAS		
Fontes	Achados	%
Pessoal	08	34,78
Gestão de Processos	04	17,39
Estrutura Organizacional	05	21,74
Sistemas informatizados	04	17,39
Infraestrutura física	01	4,35
Infraestrutura tecnológica	01	4,35
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100</b>

54. A Fonte predominante de causas com 34,78% de incidência foi Pessoal, seguida por Estrutura Organizacional com 21,74%.

55. A fim de sanar as causas identificadas, foram emitidas 25 (vinte e cinco) recomendações aos órgãos/entidades que apresentaram achados de problemas nesse Ponto de Controle.

## 5.2 PONTO DE CONTROLE: GESTÃO DE BENS IMÓVEIS

56. No Ponto de Controle de Gestão de Bens Imóveis, foram detectadas 54 (cinquenta e quatro) ocorrências de achados, distribuídos em 11 (onze) questões de auditoria, verificadas em 21 (vinte e um) órgãos/entidades, conforme disposto na seguinte tabela:

QUANTIDADE DE ACHADOS POR PONTO DE CONTROLE		
Ponto de controle	Achados	Quantidade
Gestão de Bens Imóveis	Comissão não constituída para realizar o inventário físico e financeiro dos bens imóveis	02
	Controle paralelo dos bens imóveis	02
	Depreciação realizada somente uma vez ao ano	01
	Depreciação não realizada	05
	O inventário dos bens imóveis não foi realizado em tempo hábil	03
	Registros não atualizados dos bens imóveis no sistema SIGPAT	01
	Registros não realizados dos bens imóveis no sistema Sigpat	06
	Servidores/comissões não nomeados para recebimento e destinação dos bens imóveis	02

57. A questão de auditoria referente Registros não realizados dos bens imóveis no sistema SIGPAT foi a questão com maior incidência, totalizando 06 (seis) achados identificados nos órgãos/entidades avaliados, representando 27% do total de achados.

58. As unidades avaliadas que apresentaram maior percentual de achados em Gestão de Bens Imóveis foram a SINFRA, UNEMAT e SEDUC, com 04 (quatro) achados no Ponto de Controle, cada uma.

59. Os achados de problemas referidos anteriormente foram relacionados a 04 (cinco) achados de causas distintos e totalizando 21 (vinte e uma) ocorrências, de acordo com a tabela abaixo:

ACHADOS POR FONTE DE CAUSAS		
Fontes	Achados	%
Pessoal	05	23,81
Gestão de Processos	11	52,38
Estrutura Organizacional	-	-
Sistemas informatizados	03	14,29
Infraestrutura tecnológica	02	9,52
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100</b>

60. Agrupando-se os achados de causas, verificou-se que 52,38% dos achados fazem parte da Fonte Gestão de Processos.

61. Foram emitidas 28 (vinte e oito) recomendações aos órgãos e entidades que apresentaram achados de problemas nesse Ponto de Controle com objetivo de solucionar as causas constatadas.

### 5.3 PONTO DE CONTROLE GESTÃO DE BENS MÓVEIS

62. No Ponto de Controle de Gestão de Bens Móveis, verificou-se a ocorrência de 28 (vinte e oito) achados verificados em 07 (sete) órgãos/entidades.

QUANTIDADE DE ACHADOS POR PONTO DE CONTROLE		
Ponto de controle	Achados	Quantidade
Gestão de Bens Móveis	Armazenamento inadequado dos Bens Móveis	03
	Ausência de apropriação e registro da depreciação no SIGPAT.	06
	Comissão constituída com prazo reduzido para realizar o inventário dos bens móveis	01
	Comissão de inventário presidida pelo responsável pelo patrimônio	02
	Depreciação não realizada	02
	Depreciação não realizada mensalmente.	01
	Depreciação não realizada pelo setor de patrimônio.	01
	O inventário dos bens móveis não foi realizado em tempo hábil.	02
	Registros não atualizados dos bens móveis no sistema SIGPAT.	03
	Servidores/comissões não nomeados para recebimento e destinação dos bens móveis.	02
Termos de responsabilidades desatualizados.	05	

63. A questão de auditoria com mais recorrências de achados foi relacionada à Ausência de Apropriação e Registro da depreciação no SIGPAT, esta questão apresentou 06 achados, representando 21,48% do total de achados do Ponto de Controle.

64. A tabela a seguir discrimina os achados de problemas, a quantidade de ocorrências e os órgãos/entidade onde foram identificados:

QUANTIDADE DE ACHADOS POR PONTO DE CONTROLE		
Ponto de controle	Achados	Quantidade
Gestão de Bens Móveis	Armazenamento inadequado dos Bens Móveis	03
	Ausência de apropriação e registro da depreciação no SIGPAT.	06
	Comissão constituída com prazo reduzido para realizar o inventário dos bens móveis	01
	Comissão de inventário presidida pelo responsável pelo patrimônio	02
	Depreciação não realizada	02
	Depreciação não realizada mensalmente.	01
	Depreciação não realizada pelo setor de patrimônio.	01
	O inventário dos bens móveis não foi realizado em tempo hábil.	02
	Registros não atualizados dos bens móveis no sistema SIGPAT.	03
	Servidores/comissões não nomeados para recebimento e destinação dos bens móveis.	02
Termos de responsabilidades desatualizados.	05	

65. A unidade avaliada que apresentou maior volume de achados em gestão de bens móveis foi a SEDUC com 6 (seis) achados.

66. Os achados de problemas referidos anteriormente foram relacionados a 09 (nove) achados de causas distintos, totalizando 25 (vinte e cinco) ocorrências e dispostos na tabela abaixo:

Ponto de Controle	Quantidade	Órgão
Gestão de Bens Móveis	05	SECEL
	03	CASA CIVIL
	04	METAMAT
	03	UNEMAT
	06	SEDUC
	04	SES
	04	SINFRA

67. A causa mais recorrente no Ponto de Controle Gestão de Bens Móveis foi Processos mal concebidos/inconsistentes e Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes, com incidência de 05 (cinco) vezes, cada um, representando um percentual de 40% do total das causas identificadas.

68. Agrupando-se os 16 (dezesesseis) achados de causas acima por Fontes, verificou-se a seguinte distribuição:

ACHADOS POR FONTES DE CAUSA – BENS MÓVEIS		
Fontes	Achados	%
Quadro de Pessoal	03	12
Gestão de Processos	12	48
Estrutura Organizacional	03	12
Sistemas Informatizados	03	12
Infraestrutura Física	01	4
Infraestrutura Tecnológica	03	12
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

69. Identificou-se predominância de 48% de achados de causas relacionados à Fonte Gestão de Processos.

70. Objetivando solucionar as causas identificadas, foram emitidas 27 (vinte e sete) recomendações nesse Ponto de Controle.

#### **5.4 ÓRGÃO CENTRAL SEAPS**

71. Uma vez demonstrada a síntese das Avaliações de Controle Interno realizadas nas unidades Setoriais dos 07 (sete) órgãos da Administração Direta e Indireta, trazendo uma visão geral dos problemas detectados e das causas que os originaram, apresenta-se a seguir um breve panorama da Avaliação do Órgão Central de Patrimônio SEAPS (Secretaria Adjunta de Patrimônio e Serviços).

72. Com base na síntese apresentada nesse relatório, oriunda das informações constantes nas Avaliações de Controle Interno do Subsistema de Patrimônio, que traz uma visão geral dos problemas detectados e das causas que os originaram, busca-se municiar os gestores com informações úteis e relevantes para tomada de decisões.

73. Espera-se também que, uma vez apresentado o diagnóstico acerca dos controles internos e de suas fragilidades, sejam aprimorados os controles relacionados à gestão dos bens Patrimoniais do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

74. Os problemas detectados na avaliação da SEAPS, como Órgão Central da Gestão Patrimonial do Poder Executivo, envolveram a análise do desempenho e a eficácia institucional na missão de assegurar o cumprimento das diretrizes e a execução dos procedimentos da Gestão do Patrimônio do Estado.

75. Apresenta-se a seguir o rol de problemas constantes na Avaliação do Controle Interno Patrimonial:

Problemas - SEAPS	
01	Não tem sido efetivadas, concretamente, ações de melhorias no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIGPAT.
02	Não há ações de melhorias e otimização nos fluxos dos processos na gestão dos bens de consumo. Houve apenas no que diz respeito ao inventário de bens móveis e imóveis.
03	Há carência de manuais, <u>check-lists</u> e fluxogramas para orientar as setoriais de gestão patrimonial.
04	Gestão precária e ineficiente dos bens imobiliários.

76. Com base na relação dos problemas da SEAPS, pode-se verificar que as fragilidades nos controles do Órgão Central, como vetor de suporte e orientação das unidades setoriais de patrimônio do Estado, afetam diretamente os órgãos e entidades que compõem a administração do Poder Executivo.

77. Essa relação de causa e efeito pode ser verificada no quadro a seguir, em que se buscou demonstrar os problemas no Órgão Central e o seu reflexo nas unidades setoriais de patrimônio:

Problemas SEAPS x Unidades Setoriais	
Problema - SEAPS	Reflexo nas Unidades Setoriais
Não há ações de melhorias e otimização nos fluxos dos processos	<u>Bens de consumo</u> : 17,39% das unidades avaliadas tiveram como origem de problemas no presente ponto de controle a existência de processos mal concebidos e/ou inconsistentes.
	<u>Bens Móveis</u> : 20% das unidades avaliadas tiveram como origem de problemas no presente ponto de controle a existência de processos mal concebidos e/ou inconsistentes.
	<u>Bens Imóveis</u> : 52% das unidades avaliadas tiveram como origem de problemas no presente ponto de controle a existência de processos mal concebidos e/ou inconsistentes.

78. Por fim, segue a relação de causas para os problemas apontados no Órgão Central de Patrimônio:

CAUSAS - SEAPS	
01	Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.
02	Contingenciamento do orçamento.
03	Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).
04	Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia da Informação.
05	Servidores em número insuficiente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

79. Este relatório objetivou traçar um diagnóstico do Sistema de Gestão de Patrimônio do Poder Executivo Estadual, que envolve as unidades setoriais de Patrimônio dos órgãos e entidades e, de forma integrada e interdependente, a Secretaria Adjunta de

Patrimônio e Serviços (Órgão Central de Patrimônio) da SEPLAG/MT, tendo contemplado a análise de 03 (três) pontos de controle que são representados pelas atividades e processos de móveis, imóveis e consumo.

80. De uma forma geral, a conclusão que se obtém é que os problemas detectados ao avaliarmos o Órgão Central de Patrimônio SEAPS - representam uma extensão daqueles identificados nos subsistemas de patrimônio nas setoriais e estão inter-relacionados.

81. Foram detectadas falhas referentes à ausência de ação para orientar e coordenar os processos de gestão patrimonial. De uma maneira geral, a Superintendência de Patrimônio e Serviços (SEAPS/SEPLAG) tem dotado os gestores públicos estaduais dos meios necessários para uma gestão eficiente e eficaz do Patrimônio, mediante formulação e proposição de diretrizes, normas e procedimentos para estas atividades.

82. Entretanto, necessário destacar insuficiência na orientação, capacitação, supervisão, monitoramento e avaliação das unidades setoriais pelo órgão central, o que certamente contribui para as inúmeras falhas detectadas nos processos desenvolvidos por aquelas unidades.

83. A insuficiência nas ações de melhorias no Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio - SIGPAT, que não tem recebido as manutenções e implementações necessárias para atendimento das unidades administrativas do Poder Executivo Estadual, também representa um fator relevante.

84. No que se refere aos módulos executáveis na ferramenta ora em análise, não se vislumbra um ambiente para a gestão dos imóveis pertencentes ao Estado, assim como a apuração das depreciações dos bens permanentes.

85. Diante disso, recomenda-se ao Órgão Central do subsistema de Patrimônio:

- a. Fortalecer a supervisão/coordenação das ferramentas de acompanhamento das atividades realizadas pelas setoriais de patrimônio;
- b. Promover a manutenção e desenvolvimento de melhorias necessárias no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial SIGPAT, implantando as funções de gerenciamento dos bens imóveis e automatização da depreciação;
- c. Estabelecer um plano anual de capacitação para possibilitar treinamentos aos servidores lotados nas setoriais de patrimônio; e
- d. Aprimorar o mapeamento de processos a fim de consolidar e padronizar os fluxos

---

e procedimentos junto às unidades setoriais de patrimônio.

86. O presente relatório buscou, em síntese, demonstrar:

- a) Acompanhamento das ações do Órgão Central do Subsistema Avaliado referentes aos achados de problemas, causas e recomendações realizadas em Relatório de Órgão Central anterior e/ou outros Produtos desta Especializada;
- b) Os achados de problemas e de causas identificados nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno no ano de 2019, apresentando aqueles com maior volume de ocorrências, distribuídos tanto por órgãos/entidades da administração pública estadual, quanto por pontos de controle e questões de auditoria;

87. Dessa forma, com o presente trabalho, espera-se ter contribuído com a melhoria dos controles internos inerentes ao Subsistema de Patrimônio, permitindo que a apresentação de um diagnóstico de deficiências encontradas possibilite uma atuação mais adequada às rotinas que demandem maior atenção, ou seja, que possa guiar o órgão central de gestão patrimonial, na adoção de medidas efetivas no sentido de promover melhorias nos processos, infraestrutura física e tecnológica, sistemas informatizados e adequação dos quadro de pessoal envolvidos na atividade de gerenciamento e controle dos bens públicos.

À apreciação superior.

Cuiabá, 13 de Março de 2020

---

*Humberto Carneiro Fernandes*  
Auditor do Estado